



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA
AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4713
CEP: 29680-000 – JOAO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

PROJETO DE LEI Nº 1.941, de 19 de dezembro de 2022

**Altera dispositivos da Lei Municipal
nº 0976/1999, que dispõe sobre a
contribuição dos órgãos da
Administração Direta e Indireta ao
Instituto de Previdência dos
Servidores Públicos do Município de
João Neiva (Ipsjon).**

Lei nº _____

Sancionada em ____/____/____



MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 1.941/2022.

Exmo. Sr. Presidente,
Exmos. Srs. Vereadores,

Encaminho à apreciação da Câmara Municipal de João Neiva o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre a adequação da Taxa de Administração do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de João Neiva (Ipsjon) à previsão contida na Portaria MTP nº 1.467, de 02 junho de 2022, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia.

No ano de 2021, foi encaminhado à essa Egrégia Casa de Leis o Projeto de Lei que adequou a Taxa de Administração do Ipsjon à Portaria SEPRT/ME nº 19.451, de 18 de agosto de 2020, sendo devidamente aprovado e resultando na Lei Municipal nº 3.336/2021, passando, a referida Taxa, para o percentual de 3,6% (três inteiros e seis décimos por cento) do somatório da remuneração de contribuição de todos os servidores ativos vinculados ao RPPS.

Ocorre que, a sistemática prevista na Portaria SEPRT/ME nº 19.451/2020 mostrou-se inadequada para os institutos de previdência de menor porte, haja vista que o valor da Taxa de Administração ficou muito reduzido se comparada à sistemática anterior à referida Portaria.

Por tal razão a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia editou a Portaria MTP nº 1.467/2022, criando a possibilidade do Ente fixar a Taxa de Administração de duas maneiras, a saber:

Art. 84. A taxa de administração a ser instituída em lei do ente federativo, deverá observar os seguintes parâmetros:

I - financiamento e constituição da reserva administrativa conforme previsto em lei do ente federativo;

II - previsão em lei do ente federativo dos seguintes percentuais máximos de taxa de administração, apurados com base no exercício financeiro anterior:

(...)

d) de até 3,6% (três inteiros e seis décimos por cento) para os RPPS dos Municípios classificados no grupo Pequeno Porte do ISP-RPPS, aplicado sobre o somatório da base de cálculo das contribuições dos servidores ou de até 2,7% (dois inteiros e sete décimos por cento), sobre o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas; e (destaque nosso)

A sistemática da Portaria SEPRT/ME nº 19.451/2020, instituída pela Lei Municipal nº 3.336/2021, mostrou-se insuficiente para cobrir as despesas administrativas do Ipsjon, que somam valor médio mensal de R\$ 40.780,00 (quarenta mil e setecentos e oitenta reais), abrangendo despesas com manutenção da sede, salários, comissões dos servidores e pagamento de prestadores de serviços, como por exemplo a assessoria atuarial e assessoria de crédito e mercados mobiliários, dentre



outros. Salienta-se que apenas a folha salarial dos servidores do Ipsjon (3 servidores efetivos e 6 comissionados) alcança a média mensal de R\$ 28.106,59 (vinte e oito mil, cento e seis reais e cinquenta e nove centavos).

Salienta-se que a Taxa de Administração calculada pela sistemática da Portaria SEPRT/ME nº 19.451/2020 fixou o limite do custo administrativo para o ano de 2021 em R\$ 410.630,72, razão pela qual o Executivo Municipal precisará aportar cerca de R\$ 132.000,00 para cobrir as despesas administrativas, consoante previsão do § 5º, art. 7º-B da Lei Municipal nº 0976/1999, com redação dada pela Lei Municipal nº 3.336/2021, *in verbis*:

§ 5º - Caso seja ultrapassado o limite previsto neste artigo para a Taxa de Administração, e para não haver prejuízos ao funcionamento do Ipsjon, o ente responsável efetuará o ressarcimento do valor que ultrapassar o limite estabelecido até o dia 30 (trinta) de dezembro do ano correspondente, mediante apuração prévia a ser realizada até o dia 30 (trinta) de novembro do mesmo ano.

Entende-se que a alteração prevista pela Portaria MTP nº 1.467/2022, possibilita que a Taxa de Administração seja fixada em 2,7% (dois inteiros e sete décimos por cento), sobre o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas, para melhor atender à atual realidade do Ipsjon, razão pela qual encaminha-se o presente Projeto de Lei.

Conforme documentação inclusa, o presente Projeto de Lei foi submetido ao crivo do Conselho Administrativo e Fiscal do Ipsjon, tendo sido aprovado nos mesmos moldes do projeto que é nesta oportunidade remetido à essa Egrégia Casa de Leis.

Por todo exposto, na certeza de que esta nobre Casa de Leis, apreciando o teor do presente Projeto, e as razões que o justificam, apoiará e aprovará esta iniciativa, **EM CARÁTER DE URGÊNCIA**, por reconhecer o interesse público que ela traduz.

Gabinete do Prefeito Municipal de João Neiva, em 19 de dezembro de 2022.


Paulo Sérgio De Nardi
Prefeito Municipal



PROJETO DE LEI Nº 1.941, de 19 de dezembro de 2022

Altera dispositivos da Lei Municipal nº 0976/1999, que dispõe sobre a contribuição dos órgãos da Administração Direta e Indireta ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de João Neiva (Ipsjon).

O **Prefeito Municipal de João Neiva**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O *caput* do art. 7º da Lei Municipal nº 0976/1999, alterado pela Lei Municipal nº 3.406/2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º. A Municipalidade, compreendendo todos os órgãos da Administração Direta e Indireta a que estão vinculados os segurados ativos, inativos e pensionistas, contribuirá mensalmente para o Ipsjon, com valor correspondente à alíquota de 22,90% (vinte e dois inteiros e noventa centésimos por cento) sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos seus respectivos segurados em atividade.

Art. 2º. O *caput* do art. 7º-B da Lei Municipal nº 0976/1999, alterado pela Lei Municipal nº 3.336/2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º-B. A Taxa de Administração destinada às despesas administrativas do Ipsjon corresponderá ao percentual de 2,7% (dois inteiros e sete décimos por cento) do somatório da remuneração de contribuição de todos os servidores ativos, inativos e pensionistas, vinculados ao RPPS, apurado com base no exercício financeiro anterior, observando-se que:

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, gera efeitos a partir de 01/01/2023 e revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de João Neiva, aos 19 dias de dezembro de 2022.


Paulo Sérgio de Nardi
Prefeito Municipal



**PREFEITURA
MUNICIPAL
DE JOÃO NEIVA**

FOLHA Nº

PROJETO DE LEI Nº 1.941/2022

RUBRICA.....

Ao Exmo Sr. Presidente da Câmara Municipal de João Neiva para inclusão, em pauta da sessão ordinária e consequente apreciação dos Exmos. Srs Vereadores.

Em, 19 de dezembro de 2022.

Paulo Sérgio De Nardi
Prefeito Municipal